

14 de abril de 2020

Boletim n.20 - Ciências Sociais e coronavírus
Mortes Belas, Mortes Boas, Mortes Malignas e a Covid-19.

A Louis-Vincent Thomas

Morte e Vida, Gustav Klimt, 1926

Em uma das minhas últimas visitas ao apartamento de meu orientador de doutorado, o antropólogo africanista Louis-Vincent Thomas, no bairro elegante de Saint Mandé, em Paris, fiquei espantada com o modo pessoal de lidar com a morte, ele que era um especialista no tema. Seu apartamento estava forrado com fotografias da esposa, falecida havia



pouco. Literalmente forrado, desde que se descia do elevador, no corredor, grandes banners reproduzindo fotos de diferentes épocas, muitas dela do seu rosto, fotos de identidade aumentadas. “É impressionante o número de fotos que uma pessoa tira durante a vida”, me comentou ao ver meus olhos fixados nelas. “Basta procurar nas gavetas, e lá estão elas”.

Fui uma de suas últimas orientandas, provavelmente a última, pois era o Doyen da Universidade de Paris V, e só continuava a me orientar porque eu estava com ele desde antes da aposentadoria. Porque orientou uma tese sobre a globalização cultural e os fast-foods? Além do tema da morte, Thomas se interessava, pela antropologia do futuro, pela ficção científica – “ficção científica”, aliás, é um nome que faz rir os franceses que não entendem como uma “ficção” possa ser qualificada de “científica”; em francês é o inverso, chamam de “science-fiction”.

Thomas faleceu em janeiro de 1994, menos de dois anos depois dessa visita. Pelo que lembro de um dos seus seminários na Sorbonne, acho que classificaria a sua como uma “morte boa”: tinha mais de 70 anos, estava no metrô, teve um ataque cardíaco fulminante, voltando de uma entrevista a uma rádio ou TV. Foi com ele que aprendi a distinguir “mortes

boas”, “mortes belas” e “mortes malignas”. Há também toda uma reflexão sobre a “morte programada”, a eutanásia, cada vez mais presente nas reflexões feministas por exemplo, mas essa deixo de lado aqui.

Diferentes sociedades e grupos elegem diferentes mortes como sendo belas, boas ou ruins. Na Grécia antiga, Thomas ensinava, a morte ideal para os gregos, a bela morte, seria a de um jovem guerreiro, arco à mão, defendendo a sua cidade; o que me faz pensar na idealização dos mártires na Palestina. Entre muitos grupos africanos tradicionais, a boa morte é a de um velho que se preparou para o acontecimento da sua morte, e deixa a vida rodeado pelos seus, sem muito sofrimento. Em nossa sociedade, a boa morte é a morte súbita, inconsciente e sem dor. Morrer dignamente seria deixar a própria vida sem ter passado pela degradação física ou mental, sem sofrer ou fazer sofrer (ainda que o cristianismo, entre outras religiões, valore o sofrimento físico).

Em muitas sociedades tradicionais, a pior das mortes é que ocorre ao longe, solitariamente. Ela é considerada como muito prejudicial aos que morrem e aos que ficam. O cadáver tem um peso simbólico determinante, é ator do ritual funerário. O repatriamento dos corpos mostra que isso também vigora entre nós, o corpo morto continua sendo visto como central. Ao contrário, a ideia de um cadáver ausente, o corpo que não é encontrado, é uma prova difícil de ser aguentada para o equilíbrio dos sobreviventes. O corpo desaparecido ou não identificado, numa guerra, catástrofe ou em um acidente, produz um vazio insuportável. Conhecemos isso muito bem aqui na América Latina, a crueldade suprema dos “desaparecimentos” durante as ditaduras militares, onde a liquidação física da vítima não era suficiente. Impingia-se aos que ficavam a ausência de todas as referências das circunstâncias da morte: a data, o lugar, o modo. A falta desses detalhes como que roubavam a morte, e roubavam o luto às famílias, deixando-as como que bloqueadas na fase terrível da negação. As versões oficiais da ditadura recusavam a morte, transformavam-na em um desaparecimento, criando a dúvida terrível sobre a sua realidade. Pois o cadáver é o ponto de apoio do ritual funerário, e isso, para Thomas, de um modo universal, a ponto de podermos ver aí uma essência fundamental da consciência humana.

Poder e Imagem de Corpos

Foi com o 11 de setembro que aprendi que os corpos mortos tinham diferentes valorizações para o jornalismo ocidental, dependendo do poder do país de onde eram originados. Esta diferença se revela, por exemplo, na *mise en image* dos corpos. As câmeras de TV inicialmente mostraram pessoas se jogando das torres em chamas do World Trade Center. Depois, estas imagens foram sendo autocensuradas, pois consideradas muito chocantes para serem vistas pelos norte-americanos. E esta postura permaneceu nos dias

seguintes. Vimos corpos sendo levados dos edifícios, depois, nenhuma imagem de feridos ou agonizantes nos hospitais, nenhuma imagem de seus enterros. A julgar pelas imagens, não houve cadáveres nas ruínas do WTC. A morte de milhares de pessoas foi mostrada através de velas acesas, de lágrimas, mas não de corpos mortos.

A imagem dos nossos mortos no mundo ocidental é mostrada (no caso de ser mostrada) com muita cautela, com pudor mesmo. Nenhum corpo morto. Jamais um corpo morto nu. Pois se tratam de indivíduos e merecem respeito. Bem diferente é a postura da mídia ocidental em relação aos mortos e feridos no sul global, especialmente em países muçulmanos – os corpos são expostos, aparecem em valas comuns, em leitos de hospitais, feridos, *seminus*. São mostrados em close durante um longo tempo. O ápice dessa diferença talvez seja a expressão linguística escolhida pelos norte-americanos para se referir às vítimas civis do exército liderado pelos Estados Unidos nas guerras do Afeganistão e do Iraque: não eram chamadas de “feridos” ou “mortos”, eram ditos “*estragos colaterais*”. Numa evidente objetificação de seres humanos.

Esta autocensura, ou censura, não é novidade; já ocorreu durante a Segunda Guerra quando os americanos mostravam corpos dos inimigos mas não os dos aliados. Ou nas guerras mais recentes, onde os corpos dos soldados mortos em combate e repatriados em aviões estão sempre em caixões fechados, bandeira norte-americana sobre eles, descarregados com pompa e circunstâncias por batalhões fardados em gala, em tapetes vermelhos, ao som de trombetas.

Corpos *nossos* não aparecem em imagem mas têm seus nomes gravados em pedra, merecem tumbas individuais (penso no gramado bem cuidado dos cemitérios dos soldados norte-americanos) e merecem monumentos (penso no do Ground Zero, em que a água escorre pela parede para um espelho d’água também de mármore negro, e de lá para um quadrado ainda mais escuro que parece levá-la ao centro da terra. Os nomes dos 2.726 mortos no ataque gravados no granito ao redor do espelho d’água. Penso na França onde cada vilarejo homenageia seus mortos na Guerra de 1914 com um monumento ao soldado desconhecido).

O luto estadunidense por seus 3 mil mortos no 11 de setembro foi e é imenso. Recebem homenagens todos os anos, até recentemente seus nomes são lidos com a presença física do Presidente americano no Ground Zero, suas fotos são mostradas na TV (fotos de quando estavam vivos, evidentemente). Muito diferente das valas coletivas onde se jogavam os corpos das vítimas do holocausto nazista na II Guerra, ou dos “estragos colaterais” mais recentes. Muito diferente de onde estão os corpos dos emigrantes tragados pelas águas do

Mediterrâneo, 1.500 só no primeiro semestre de 2018, alertava a ONU¹ – ali nem se pode falar em enterramento pois se trata de uma “engramento”, os peixes fazendo as vezes das larvas.

A insuportável ausência do corpo

Como será agora, quando o melhor dos cenários indica 100 mil mortos nos Estados Unidos pela COVID-19? Que monumento ergueremos, aqui, nos Estados Unidos, na França ou na Índia?

A COVID-19 não diferencia os corpos dos mortos que são equiparados, estejam em países com maior ou menor poder - é uma pandemia no sentido igualador e global do termo. Todos são estragos colaterais, e tratados como se o fossem – sim, há casos extremos como o de Guaiaquil no Equador, onde os cadáveres putrefatos foram deixados na rua diante do colapso do sistema mortuário, incapaz de gerenciar um número tão elevado de corpos. A todos é negado o velório.

Entre nós, a ausência do corpo só é aceita quando oculto em um caixão recoberto de uma bandeira. A morte da COVID-19, a ausência dos corpos, a ausência de velórios, diminui as chances de uma última relação presencial com o morto, um último momento em que o corpo ainda está no lado da vida, cercado pelos seus. Ao contrário, estamos diante do medo do cadáver, agente ele mesmo de morte, e esse medo inconscientemente provavelmente se traduzirá em uma agressividade em relação ao morto, a uma aversão prematura, mas protetora. As fantasias do contágio do morto, simbólicos, aqui são bem reais.

O ritual do velório, sabemos, enquadra a desordem que a morte produz, a circunscreve, a domina. O velório aqui não existe, em todas as suas etapas, em que o princípio de realidade é deixado de lado. Contemplá-lo, tocá-lo, falar com ele, até beijá-lo são momentos comoventes de rituais de velório e que estarão ausentes nos casos de vítimas da COVID-19. Aos mortos da COVID-19 é negado o respeito da toaleta última, esse ritual que busca retirar do cadáver os sinais da morte, todos os signos que poderiam injuriá-lo.

O 11 de setembro mostrou a morte ao vivo e a cores, em escala planetária. A COVID-19 nos permite saber pelo website da Organização Mundial de Saúde², em tempo quase real, por um mapa interativo, quantos morrem em cada país do globo; temos a estatística completa, sabemos suas idades, suas morbidades, se são cardiopatas, se são diabéticos, se

¹<https://oglobo.globo.com/mundo/onu-alerta-que-15-mil-imigrantes-ja-morreram-no-mediterraneo-em-2018-22924119>

² [WHO COVID-19 Dashboard](#)

pertencem ou não a “grupos de risco”, e às vezes até a origem de sua contaminação. O que não sabemos é que consequências esses milhares (milhões?) de mortos sem velório terão nas subjetividades dos que ficam. Que rituais criaremos? Como suportaremos sem eles tantas mortes que não são belas ou boas?

Carmen Rial é Presidente do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA) e professora do departamento de Antropologia da UFSC

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

